



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



GT1

Estado, políticas públicas e sistemas
alimentares



Realização





1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Inclusão socioproductiva em assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo: avaliação preliminar do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável¹

Carolina Schiesari²

Fábio Frattini Marchetti³

Samuel Horta⁴

GT 01: Estado, políticas públicas e sistemas alimentares

RESUMO

O artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa FAPESP (processo n° 2023/10133-0) avaliativa do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), implementado entre 2013 e 2017 em assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo. A iniciativa promoveu a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), com foco na diversificação produtiva, geração de renda e conservação ambiental. Foram firmados 15 convênios com organizações sociais, beneficiando 422 famílias e resultando na implantação de 394 hectares de SAFs. Entre os principais impactos positivos destacam-se a capacitação técnica, fortalecimento das organizações comunitárias e recuperação ambiental. No entanto, o estudo identificou desafios

¹ Agradecemos imensamente ao professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques pela supervisão da pesquisa, ao INCRA-SP e à SEMIL-SP pela parceria na pesquisa, aos colegas Raimundo Palmeira, José Caio Alves e Laila Oliveira pelo apoio na condução dos trabalhos e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa de pós-doutorado (2024/07337-5).

² Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), cschiesari@usp.br

³ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), fabiofrattini@hotmail.com

⁴ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), samuelhorta@usp.br



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



significativos, como a falta de irrigação, a escassez de assistência técnica, o êxodo rural dos jovens e às dificuldades de comercialização. Assim, o trabalho conclui que o fortalecimento de SAFs em assentamentos de reforma agrária depende de políticas públicas integradas que contemplem infraestrutura, acesso a mercados, assistência técnica e inclusão social.

Palavras-chave: agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, políticas públicas, inclusão socioprodutiva, sistemas agroflorestais

INTRODUÇÃO

Entre 2010 e 2018, o governo do estado de São Paulo, por meio da antiga Secretaria de Meio Ambiente (SMA) — atualmente chamada Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) — promoveu o desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAFs) em assentamentos de reforma agrária. As ações incluíram a mobilização e capacitação das famílias assentadas, o fortalecimento de organizações de agricultores, a implantação e manutenção de SAFs, além da instalação de estruturas voltadas à produção e comercialização. Essa iniciativa ficou conhecida como Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) (São Paulo, 2021).

O PDRS foi instituído por meio do decreto estadual nº 56.449 de novembro de 2010, com objetivo de aumentar a competitividade da agricultura familiar e aprimorar a sustentabilidade ambiental (São Paulo, 2010). Os recursos financeiros para a execução do projeto foram obtidos por meio de Acordo de Empréstimo firmado entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial). Sua operacionalização ocorreu por meio de editais de chamadas públicas. O primeiro edital foi lançado em 2012, para que associações, cooperativas de agricultores e organizações não governamentais (ONGs) manifestassem interesse em firmar convênios com a então SMA. O objetivo era apoiar



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



projetos produtivos inovadores, com potencial para diversificação econômica e geração de renda, baseados na conservação e no uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, atendendo às demandas específicas da agricultura familiar (São Paulo, 2012).

Em dezembro de 2013, foi lançado um segundo edital, voltado, especificamente, à seleção de propostas para implantação ou enriquecimento de sistemas agroflorestais (São Paulo, 2013). Ao todo, foram firmados 24 convênios, dos quais 21 resultaram em acordos para implantação de SAF com previsão de instalação de 602 hectares (cerca de 1 ha/família). Foram beneficiadas 587 famílias, das quais cerca de 400 encontram-se em assentamentos federais de reforma agrária, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No entanto, após 2018, com o encerramento do programa, não houve planejamento nem recursos suficientes para uma supervisão adequada por parte do INCRA. Dados preliminares indicam que alguns beneficiários abandonaram a iniciativa dos SAFs, enquanto outros mantiveram as áreas ativas, com as famílias manejando e comercializando os produtos dos SAFs. Mas essas informações não são precisas e não se tem claro quais foram efetivamente os benefícios obtidos com o PDRS. A ausência de informações qualificadas a respeito do impacto do projeto dificulta a tomada de decisão quanto ao planejamento das ações de apoio necessárias.

É neste contexto que se insere o projeto de pesquisa “Avaliação de potencial de aprimoramento e expansão de políticas públicas favoráveis à implantação e desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais em assentamentos federais de reforma agrária do estado de São Paulo” (processo nº 2023/10133-0), aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na linha de fomento Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP). Este projeto é sediado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), em parceria com o INCRA-SP, com prazo de execução de março/2023 a fevereiro/2027.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Seu objetivo consiste em produzir e sistematizar conhecimentos técnico-científicos sobre o PDRS, a fim de promover maior eficiência das ações e programas conduzidos pela administração pública direcionados em especial ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais em Assentamentos de Reforma Agrária. Trata-se também de articular esta política de implantação e desenvolvimento de SAF com outros dispositivos de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, além de avaliar o potencial de expansão desses sistemas.

Assim, este trabalho visa apresentar os primeiros resultados desta pesquisa, os quais foram obtidos ao longo do primeiro ano do projeto (de março 2023 a fevereiro de 2024). Neste ciclo, foram realizadas uma revisão documental do PDRS e entrevistas semiestruturadas com as organizações beneficiárias do projeto.

MATERIAS E METODOS

Os métodos utilizados neste trabalho incluíram pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Na primeira etapa, foram analisados os principais documentos do PDRS, fornecidos pela SEMIL por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a ESALQ. Entre os documentos analisados estavam os convênios firmados com organizações sociais, listas de beneficiários, relatórios ambientais e relatórios de encerramento do projeto. Com base nesse material, foi feita uma sistematização e tabulação das informações, permitindo identificar o número de famílias beneficiadas, a área, o tipo e a localização dos SAFs implantados, os valores executados por convênio e o grau de cumprimento das metas do PDRS. Por se tratarem de documentos sigilosos, os nomes das organizações e dos agricultores envolvidos no projeto não serão divulgados.

Em seguida, para compreender a percepção dos agricultores sobre o projeto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Bernard, 2017; Richardson et al., 2012) com as lideranças das organizações sociais beneficiárias do PDRS. O objetivo foi caracterizar as organizações sociais, identificar os efeitos do PDRS, além de



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

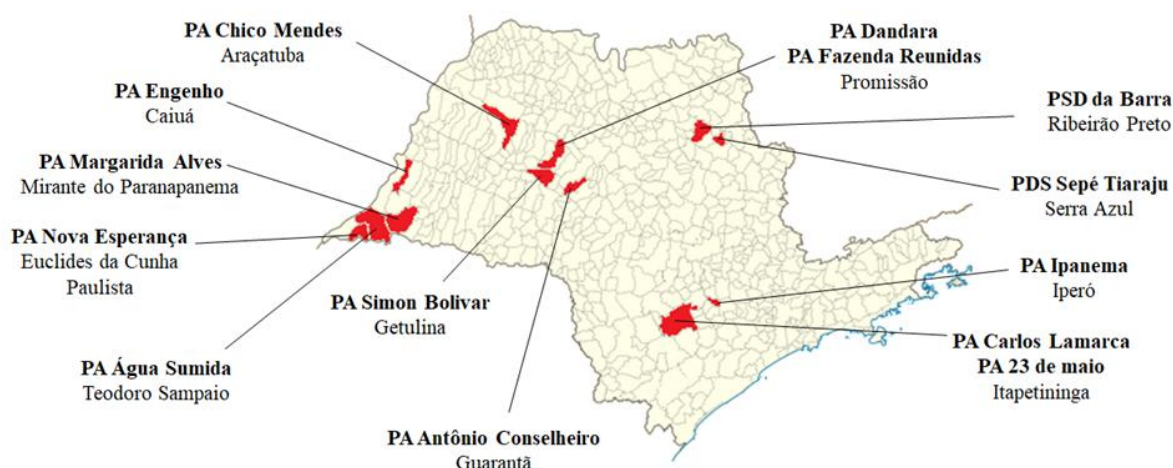


(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



iniciar uma avaliação da situação atual dos SAFs em cada localidade. Para a apreciação das entrevistas utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2015), a fim de interpretar de forma sistemática e objetiva seu conteúdo e extrair significados, padrões e categorias a partir dos dados coletados. As entrevistas ocorreram entre outubro e dezembro de 2024 de forma presencial. Apenas uma organização participante do PDRS não foi entrevistada, devido às chuvas intensas que impediram o deslocamento até o local na semana agendada.

Figura 1. Escopo da pesquisa



Fonte: Organizado pelos autores.

A área de estudo da pesquisa está circunscrita essencialmente aos territórios de reforma agrária do estado de São Paulo, em especial aqueles sob responsabilidade do INCRA. Desta forma, os trabalhos de campo foram conduzidos junto aos representantes de 15 organizações comunitárias (ONGS, associações e cooperativas) beneficiárias do PDRS, que estão em 14 assentamentos federais de reforma agrária e distribuídos em diferentes regiões do estado de São Paulo, conforme indicado na Figura 1 acima. Vale ressaltar que um assentamento, o PDS Alves Teixeira Pereira,



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



também participou do PDRS, mas, devido à circunstâncias atípicas no processo de implementação do projeto, não foi considerado para a pesquisa.

O USO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

No Brasil, a implantação de sistemas agroflorestais remonta aos anos 1990, com progressivo avanço no emprego dessa técnica. Dados do censo agropecuário de 2017 revelam que é possível encontrar SAFs em todos os estados brasileiros (IBGE, 2019). No entanto, a sua área cultivada ainda é bastante incipiente, na ordem de 8,3 milhões de hectares, representando apenas 2,36% da área agrícola do Brasil.

O PDRS foi a primeira política pública do estado de São Paulo a fomentar explicitamente a implantação de SAFs. Ao todo, R\$ 8.860.733 foram executados para aplicação do PDRS junto as 15 organizações sociais, dos quais 84% foram recursos provenientes do governo do estado (por meio do acordo com Banco Mundial) e 16% em forma de contrapartida das cooperativas e associações. Dos 15 acordos firmados, 13 foram assinados entre os meses de setembro e dezembro de 2014, uma organização iniciou os trabalhos no ano de 2013 e outra no ano de 2015. O encerramento do PDRS ocorreu para todos os casos no final do ano de 2017. Deste escopo, 422 lotes foram selecionados para participar do PDRS, os quais se propuseram a implantar 394 hectares de SAF, conforme indica o Quadro 1 abaixo.

As associações e cooperativas analisadas foram fundadas entre os anos 2000 e 2013, geralmente impulsionadas por dissidências de outras organizações, fechamento de associações irregulares, ou a partir da organização de assentamentos recém-homologados. Atualmente, o número médio de famílias associadas por organização gira em torno de 38, variando de 20 a 63. Grande parte surgiu com o objetivo de acessar políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas também se



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



estruturaram com incentivo de projetos externos, como o próprio PDRS e projetos apoiados pela Petrobrás e SEBRAE.

Quadro 1. Resumo dos convênios firmados no âmbito do PDRS

ID	Ano de início do PDRS	N° de assentamentos envolvidos	N° lotes selecionados para PDRS	Área de SAF planejada (ha)	Média da área de SAF por lote (ha)
Convênio 1	2014	1	23	23	1,0
Convênio 2	2014	3	25	9,1	0,4
Convênio 3	2014	1	28	28	1,0
Convênio 4	2014	1	19	19	1,0
Convênio 5	2014	1	23	23	1,0
Convênio 6	2014	2	22	22	1,0
Convênio 7	2014	1	15	20	1,3
Convênio 8	2014	1	40	40	1,0
Convênio 9	2014	3	24	24	1,0
Convênio 10	2014	1	45	45	1,0
Convênio 11	2014	1	35	25,4	0,7
Convênio 12	2014	1	22	22	1,0
Convênio 13	2014	2	23	23	1,0
Convênio 14	2013	1	57	60	1,1
Convênio 15	2015	1	21	10,5	0,5
TOTAL			422	394	0,9

Fonte: SÃO PAULO/SEMIL (2018). Organizado pelos autores.

Deste modo, as principais atividades desenvolvidas pelas organizações visam a produção e comercialização de alimentos, principalmente, para o PAA e o PNAE, com destaque para hortifruti, mandioca, leite e seus derivados, e algumas com produtos orgânicos oriundos dos SAFs. Porém, segundo as lideranças, devido ao desmantelamento destas políticas públicas, sobretudo entre os anos 2016-2022, muitas organizações deixaram de comercializar via os programas de compras institucionais, acarretando na redução das vendas e produção.

Efetivamente, o PAA foi o programa que mais experienciou reduções orçamentárias, com um corte de 90% dos recursos entre 2013 e 2018 (Marchetti et al., 2020). Grisa et al. (2022) complementam que esse desmonte ganhou impulso extra no governo de Michel Temer e se intensificou no governo Bolsonaro, tendo, em



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



2019, o menor valor orçamentário executado desde 2004. Atualmente, apenas sete organizações estão com projetos aprovados para comercializar via PAA, PNAE e/ou Cozinha Solidária. Consequentemente, o atingimento das metas de comercialização do PDRS foi bastante distinto entre as organizações: enquanto algumas conseguiram superar suas metas em 500%, outras não atingiram 20% das metas estabelecidas.

Já o alcance das metas de implantação dos SAFs apresentou um bom desempenho. Em média, de 80% a 90% dos hectares planejados foram implementados. Vale lembrar que Sistemas Agroflorestais podem ser entendidos como o uso do solo onde espécies florestais são cultivadas em consórcio com espécies anuais e perenes de interesse agrônômico, eventualmente com a criação de animais, na mesma área (Nair; Kumar; Nair, 2021; Altieri; Nicholls, 2017). O tipo de SAF mais implantado pelo projeto foi o biodiverso, consorciando diversas espécies alimentícias com o cultivo florestal. Um pequeno número de SAF se dedicou ao sistema agrossilvipastoril ou consórcio simples (uma espécie nativa com uma alimentar).

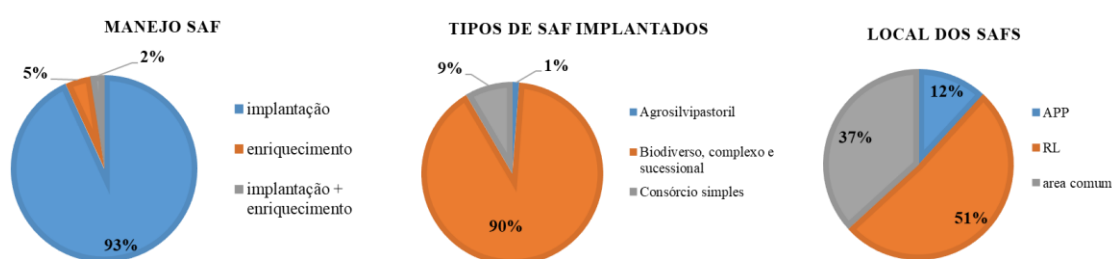
Os principais cultivos foram frutíferas, mandioca, milho, feijão, maxixe e café. Entre as frutas, destacam-se manga, citros (limão, laranja, ponkan), banana, acerola, abacate, caju, lichia, jaca, graviola, coco, melancia e maracujá. Essa diversidade de produtos ressalta o potencial dos SAFs para a promoção da agrobiodiversidade e segurança alimentar das famílias em assentamentos de reforma agrária (Marchetti et al. 2020; Padovan et al., 2016).

63% dos SAFs foram implantados em áreas de proteção ambiental (Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP), enquanto 37% em áreas agrícolas comuns (SÃO PAULO/SEMIL, 2018). Consequentemente, benefícios ambientais foram apontados como resultados significativos do projeto, com a introdução de práticas agroecológicas, recuperação de áreas degradadas, em especial APP e RL, aumento da biodiversidade e melhoria da qualidade do solo. Estes benefícios estão alinhados com os identificados na literatura. Estudos demonstram que as práticas agroflorestais podem retardar ou reverter a degradação do solo, aumentar sua fertilidade, prevenir



o desmatamento, proteger os recursos hídricos, sequestrar carbono e promover a conservação dos serviços ecossistêmicos (Nair; Kumar, 2011; Nair; Garrity, 2012).

Figura 2. Caracterização dos SAFs implantados pelo PDRS



Fonte: SÃO PAULO/SEMIL (2018). Organizado pelos autores.

Por outro lado, a localização dos SAFs, nas áreas de APP e RL, muitas vezes distantes das residências, dificultou o seu manejo e manutenção, levando, em alguns casos, ao seu abandono. Segundo os dados preliminares coletado durante as entrevistas, cerca de 40% dos agricultores abandonaram o SAF. Com isso, em muitas áreas restaram apenas as plantas nativas.

Esse abandono ocorreu, também, devido à falta de assistência técnica e extensão rural (ATER). Até o ano de 2016, houve presença significativa de assistência técnica por meio das organizações parceiras do PDRS. Porém, após o fim dos contratos, muitos assentamentos ficaram sem orientação, sobretudo em um momento crucial para o manejo dos SAFs, quando as frutíferas e nativas precisavam de uma maior atenção para realização das podas. Conforme destacam Bergamasco e Borsatto (2016), a política nacional de ATER (PNATER) é fundamental para a reprodução da agricultura familiar. Entretanto, sua aplicação é extremamente deficiente, alcançando menos de 10% dos agricultores familiares no Brasil (IBGE, 2019).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Soma-se a isso a escassez de mão de obra, especialmente de jovens. A proximidade com áreas urbanas acelerou o processo de êxodo da juventude rural em busca de estudo e /ou melhores oportunidades de renda nas cidades. Com efeito, o trabalho recaiu sobre os mais velhos, muitos já aposentados e com pouca capacidade física para fazer o manejo adequado dos SAFs. Castro (2017) já apontava que a intensificação das interações entre o rural e o urbano acarretou alargamento cultural, implicando em maiores demandas, principalmente por parte dos jovens, por integração social, educação, renda, transporte público, inclusão digital e acesso à informação e tecnologias. Assim, tanto no ponto de vista de Brumer (2007), como Dos Santos (2020), somente com políticas públicas integradas, que envolvam os aspectos políticos, culturais e de bem-estar, será possível manter na contemporaneidade a juventude no campo.

Ademais, a falta de infraestrutura, especialmente para irrigação, prejudicou o desenvolvimento de muitas culturas, um problema agravado pelos períodos de seca intensa no estado entre os anos de 2014 e 2015. A irrigação como estratégia para aumentar a resiliência dos agricultores familiares é primordial, principalmente na produção da horticultura e, sobretudo, no período de seca e em contextos de mudança climática (Silva; Silva, 2005; Gonzaga da Silva et al, 2024). Também foram mencionados problemas com a seleção das espécies utilizadas nos SAFs, as quais nem sempre estavam apropriadas para o clima da região, e a liberação tardia de recursos para a aquisição de insumos no momento adequado para o plantio.

Por outro lado, as capacitações foram amplamente realizadas, com quase todos os projetos atingindo 100% das metas. Para os entrevistados, esses treinamentos foram considerados como bastante positivos. Os participantes realçaram a capacitação em manejo de SAF, agroecologia e administração da organização comunitária, ampliando seus conhecimentos e habilidades. Neste sentido, foi relatado o papel do PDRS no fortalecimento da comunidade local,



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



promovendo a união entre agricultores e incentivando a troca de experiências entre assentados, contribuindo para ampliar a socialização nos territórios.

No que se refere à gestão e infraestrutura das organizações sociais, a execução das metas foi praticamente total, incluindo a aquisição de veículos, ferramentas, equipamentos, materiais de escritório e reforma de barracões. A compra destes componentes foi reconhecida pelos agricultores como fatores essenciais que favoreceram o fortalecimento das organizações. O apoio financeiro e político no período de execução do PDRS também foi um fator determinante, garantindo boa disponibilidade de recursos que facilitou a execução das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de apresentar os primeiros resultados da política pública PDRS aplicada em assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo. Constatou-se como efeitos positivos da política pública a estruturação das organizações comunitárias, a geração de conhecimento sobre SAF e agroecologia, a união dos agricultores, a construção de projetos comunitários e a melhoria de atributos ambientais dos assentamentos rurais.

Por outro lado, verificou-se que a política pública também enfrentou diversos desafios que prejudicaram a sua continuidade, como a interrupção da ATER, a dificuldade de comercialização dos produtos provenientes dos SAFs e o êxodo da juventude rural. Dessa forma, por mais que o Brasil (e o estado de São Paulo) possua um grande potencial de expansão desse tipo de sistema produtivo, é preciso conciliar simultaneamente investimentos em políticas públicas que fomentem toda a cadeia produtiva, desde a produção à comercialização, garantindo a manutenção e o aprimoramento dos SAFs.

Os próximos passos da pesquisa visam avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais do PDRS e o estágio de desenvolvimento dos SAFs e dos canais de



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º **ENCONTRO** **da Rede** **de Estudos** **Rurais**



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



comercialização, junto às famílias beneficiárias. Para tanto serão realizadas entrevistas com agricultores familiares nos 14 assentamentos abordados na pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate. **Climatic Change**, v. 140, p. 33-45, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-013-0909-y>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015, 288 p.

BERGAMASCO, S. M. P; BORSATTO, R. S. **Evaluation of extension reforms in Brazil**. Campinas: International Food Policy Research Institute e Universidade Estadual de Campinas, 2016.

BERNARD, H. R. **Research methods in Anthropology: quantitative and qualitative approaches**. 6th Ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017, 709 p.

BRUMER, A.. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, v. 1, n. 45, 2017. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>

DOS SANTOS, A. S. Condições das juventudes rurais na contemporaneidade: da migração às políticas públicas. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 14, p. 54-74, 2020. <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3320>

GONZAGA DA SILVA, M.; SILVEIRA, C. L.; OLIVEIRA JESUS, E.; HENRIQUES MOTTA, W. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A IRRIGAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Revista do LabDGE - UFF**, v. 1, n. 2, p. 01-21, 16 maio 2024.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º **ENCONTRO** **da Rede** **de Estudos** **Rurais**



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



GRISA, C. et al. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações.** Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso: 30 jun. 24.

MARCHETTI, F.; MORUZZI MARQUES, P. E.; SANTOS, J. D. dos; SILVA, F. O. C.. Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 284-311, jun. 2020. <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-2>

NAIR, P. K. R.; KUMAR, B. M.; NAIR, V. D. **An introduction to agroforestry: four decades of scientific developments.** 2ª Ed. Cham: Springer Nature. 2021, 666 p. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-75358-0>

NAIR, P. K. R.; KUMAR, B. M. (Eds.). **Carbon sequestration potential of agroforestry systems: opportunities and challenges.** London: Springer. 2011, 307 p.

NAIR, P. K. R.; GARRITY, D. (Eds.). **Agroforestry: the future of global land use.** London: Springer. 2012, 541 p.

PADOVAN, M. P.; NASCIMENTO, J. S.; PEREIRA, Z. V.; ALVES, J. C.; RAMOS, F. S. Estado da arte de sistemas agroflorestais em bases agroecológicas em Mato Grosso do Sul, região Centro Oeste do Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 2, 2016. <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/21495>

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012, 334 p.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual 56.449, de 29/11/2010.** Institui o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/160527>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Edital - Chamada PDRS/SA 01, abril de 2012.** Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/476/Documentos/Edital1_Su_bprojetos.pdf. Acesso: 01/09/2021.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIIAS II - Acesso ao Mercado - Manual Operacional**, 2013. Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/476/Documentos/Manual_Operacional_PDRS.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). **Relatórios de encerramento do PDRS**, 2018.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. **Biodiversidade como fonte de renda na agricultura familiar: caminhos, desafios e aprendizados do PDRS**. São Paulo: CETESB, 2021, 160 p. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cfb/publicacoes/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, C. A.; SILVA, C. J. Avaliação de uniformidade em sistemas de irrigação localizada. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, ano IV, n. 8, 2005. Disponível: http://www.faeef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Tm9d5yhlcpzey1x_2013-4-29-15-39-59.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.